

spn
INFORMAÇÃO



**está
na hora
de mudar!**



2007/2008 Um ano diferente

ISTO É

2007/2008 não é só mais uma ano lectivo. É o primeiro ano da aplicação de um novo Estatuto da Carreira Docente (ECD), que vai alterar profundamente a forma de estar na profissão e as relações de trabalho entre os professores, agora divididos em duas categorias: professores titulares e *simples* professores.

O primeiro impacto da aplicação deste novo ECD (que esperamos venha a ter vida curta) será determinante para o desenrolar do processo de contestação e luta, que só conseguiremos levar a bom porto com uma forte mobilização de todos os professores em torno desse objectivo.

E, para isso, é essencial que não nos deixemos enredar nas lógicas de competição, fiscalização e controlo internos, que o novo ECD, em geral, e o novo sistema de avaliação, em particular, vão favorecer.

Como o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Federação nacional dos Professores (Fenprof) têm vindo a afirmar, os professores não são contra a avaliação do seu desempenho, defendendo um sistema de avaliação orientado para a melhoria das práticas educativas, de carácter formativo e assente numa reflexão partilhada sobre o trabalho desenvolvido individual e colectivamente.

Se o modelo de avaliação que existia no anterior ECD não foi capaz de concretizar os objectivos anunciados, transformando-se num exercício solitário e burocrático, o que o ME agora pretende impor é, de todo, inaceitável. Desde logo porque, estabelecendo quotas para as notações mais elevadas, faz depender o reconhecimento do mérito de uns da verificação do demérito de outros. Também porque, levando ao extremo a burocracia do anterior, obrigará os professores a concentrar muitas das suas energias a tentar responder às exigências burocráticas que o novo sistema de avaliação leva ao extremo. Ao agravar as condições de trabalho dos professores, este processo terá inevitavelmente repercussões negativas ao nível do ensino e da aprendizagem, pondo em causa a qualidade que supostamente quer promover.

Se a criação de quotas de avaliação e de duas categorias de professores fosse, como os responsáveis do ME e do Governo têm (re)afirmado, condição indispensável para a promoção da qualidade, por que razão nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira os novos ECD não contemplam nenhuma dessas opções? Será que o Governo Regional dos Açores não está preocupado com a melhoria da educação na Região? 2007/2008 será uma ano mais difícil. E exigirá, por isso, que todos acompanhem criticamente as alterações que vão ocorrer, resistindo a divisões e reforçando dinâmicas de cooperação, de partilha e de trabalho em comum.

Em suma, o desafio que se nos coloca é não nos resignarmos com um ECD em que não nos revemos, assumindo os nossos deveres, mas não abdicando dos nossos direitos. Da nossa capacidade de responder a este desafio dependerá muito do que, enquanto educadores e professores, viremos a ser e a fazer no futuro. ▶

Manuela Mendonça,
Direcção do SPN

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Margarida Leça, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel · **Foto Capa** Adriano Rangel
Paginação / Digitalização Isto é comunicação visual, lda. · **Impressão** Heska Portuguesa, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 26.375 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n°** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.



RICARDO OLIVEIRA - GPM

A sabedoria popular é uma das maiores riquezas dos povos, mesmo neste mundo globalizado e tecnologicamente desenvolvido. E a verdade, tão sabiamente enunciada por António Aleixo, é que para a mentira percorrer algum caminho, sem ser desmascarada logo à partida, tem que se apresentar com uns resquícios que seja de verdade.

Assim é com a Educação neste país, cada vez menos de Abril e cada vez mais europeu e mundializado.

A verdade é que o Governo de José Sócrates tem vindo a enterrar, de forma fria, sistemática e determinada, um sistema educativo erguido com um suporte progressista, assente no pilar essencial de uma Escola Pública ao serviço da democratização do ensino, e que se não apresenta melhores resultados, é porque não viu nele reflectidos esforços significativos de sucessivos governos, que nunca foram verdadeiramente capazes de entender a Educação como o investimento mais seguro e estruturante do desenvolvimento do país.

Sócrates apostou (vá-se lá saber porquê...) na implosão deste edifício. Não podendo, por ser politicamente incorrecto, implodi-lo de facto, adoptou uma atitude de desmantelamento progressivo, com o mesmo efeito final. Mas, para a mentira ser segura, utilizou em abundância alguns dos seus conhecidos tiques de modernidade: ele gosta muito do “choque tecnológico”; ele adora utilizar palavões novos, como “simplex”; ele enche a boca com “novas oportunidades”; em pouco tempo, ele até aprendeu (ou pensa que sim) conceitos como “escola a tempo inteiro”!

A mentira repetida

***P'ra mentira ser segura
E atingir profundidade
Tem que trazer à mistura
Qualquer coisa de verdade***

António Aleixo

Abel Macedo,

Coordenador do SPN



Henrique Borges

Todo este *show off* – que teve o seu corolário há bem poucos dias – era destinado a vender aos portugueses a ideia de que agora é que a Educação ia para a frente, que esta enorme figura de reformista ia fazer a reforma que ninguém tinha feito até agora. Pois se até os professores estavam, finalmente, a ser metidos na ordem...

A senhora que ele colocou no Ministério da Educação, menos apta para estas demagogias, mais inábil politicamente, desmontou tudo quando decidiu pronunciar a destemperada sentença: “Perdi os professores, mas ganhei a população”.

Como tal, deixou de importar se os professores passavam de um estatuto de profissionais autónomos, reflexivos, críticos e responsáveis a um estatuto de subordinados a todos os ditames, controlados, sobrecarregados de todo o tipo de tarefas, divididos, hierarquizados e – cereja no topo do bolo – culpabilizados e socialmente desvalorizados.

Esta viragem de 180 graus no estatuto profissional dos docentes constituía o principal desígnio dos actuais governantes, mas, há que dizê-lo com frontalidade, se é péssima para uma carreira profissional que devia ser acarinhada e estimulada, é criminosa para o sistema educativo, para as escolas e para o efectivo sucesso escolar de crianças e jovens.

O resto, que não é pouco, são medidas avulsas, bombásticas e para enganar incautos, atingindo-se todos os limites do despudor quando se sujeitam todos os ministros a espalharem-se, no mesmo dia, pelas escolas deste país a *vender* computadores a preços de saldo.

É o “qualquer coisa de verdade” ao serviço da grande mentira que é a reforma do ensino que este Governo teima em levar a cabo e que, com as alterações ao regime de gestão das escolas básicas e secundárias, já anunciadas para breve, fará com que a inevitável alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo se transforme num simples exercício de estilo, porque tudo o que lhe devia ser subsequente, afinal já a antecedeu.

São estes os métodos de José Sócrates e seus ministros. O que teremos de fazer para os parar? Os dias 5 e 18 de Outubro são dois momentos-chave para cimentarmos a nossa unidade e erguermos um clamoroso **NÃO!** a estas políticas. Ninguém está dispensado da luta. ▀



RICARDO OLIVEIRA - GPM



**SOMOS
PROFESSORES**
**ASSUMIMOS OS NOSSOS
DEVERES, NÃO ABDICAMOS
DOS NOSSOS DIREITOS**



Concurso de acesso a “titular”

Provedor de Justiça reforça razão dos professores



Terminado o primeiro concurso de acesso a “professor titular”, resultante do Estatuto da Carreira Docente imposto pelo Ministério da Educação, que sedimenta a hierarquização da carreira docente, reafirmamos que esta divisão em categorias não faz qualquer sentido. É evidente, hoje, a enormidade de injustiças que este concurso provocou a milhares de docentes, como são evidentes as muitas irregularidades de que o mesmo se revestiu.

Foram milhares os educadores/professores que, no prazo regulamentar, manifestaram o seu repúdio por esta divisão da carreira, quer através de exposições enviadas ao Provedor de Justiça, quer através de recursos hierárquicos. Para esta movimento de contestação muito contribuiu a iniciativa da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e dos seus sindicatos, que elaboraram um manual de reclamações com um vasto conjunto de minutas relativas a diversas situações profissionais.

Um primeiro resultado deste movimento de luta foi a tomada de posição do Provedor de Justiça. Em carta enviada à ministra da Educação, Nascimento Rodrigues dá a conhecer as suas críticas a um conjunto de regras do concurso, sugerindo a abertura de nova fase concursal, bem como a utilização do “recurso instruído” para conferir uma equitativa e ponderada aplicação das regras de concurso.

As preocupações manifestadas pelo Provedor de Justiça vêm ao encontro de muitos dos receios e das denúncias efectuadas pelos professores e pelo Sindicato dos Professores do Norte (SPN), correspondendo, também, às situações que motivaram a apresentação de recursos que, a não serem considerados, irão motivar acções junto dos tribunais competentes.

Para o SPN e para a Fenprof, a carta de Nascimento Rodrigues à ministra reforça a razão dos professores, que ganham novo alento para continuarem a sua luta contra uma divisão da carreira em categorias hierarquizadas. ▶

Uma nova derrota política do ME

Na carta enviada à ministra da Educação, o Provedor de Justiça refere o “carácter desequilibrado, desproporcionado e, portanto, desadequado da ponderação atribuída à classificação de *Satisfaz* e à de *Bom*”, lembrando que o próprio ECD (artigo 16º) não faz qualquer distinção [neste concurso, o *Bom* é ponderado cinco vezes mais do que o *Satisfaz*].

Nascimento Rodrigues critica implicitamente a não consideração de inúmeros cargos e funções desempenhados, acrescentando que partilha “com os docentes algumas perplexidades e dúvidas que a formulação legal suscita”, na medida em que o anexo contendo cargos pontuáveis não terá esgotado “o universo de actividades que poderiam assumir relevância neste contexto”.

Critica, por outro lado, a distinção feita entre os docentes que se encontravam com funções dirigentes no próprio ME – que podem não revestir carácter técnico-pedagógico – e os que desempenham funções noutros serviços ou cargos e funções legalmente equiparadas a serviço docente, referindo que muitas das situações que o ME penaliza correspondem a funções e cargos “cujo exercício, por imposição legal, não deve prejudicar a carreira de origem” [encontram-se neste grupo, entre outros, dirigentes sindicais e autarcas a tempo integral, extremamente prejudicados pelas regras impostas].

O “Ombudsman” critica, ainda, a forma como foram penalizadas as faltas por doença, por conta do período de férias e as que se referem a assistência de filhos menores de 10 anos e a outros familiares.

Relativamente a todas estas matérias, Nascimento Rodrigues considera que o ME poderá, no âmbito da fase de recurso instruído, conferir “uma equitativa e ponderada aplicação das regras concursais”. ▶

Avaliação do desempenho: negociação ferida à partida

O processo de negociação do projecto de diploma que visa regulamentar a avaliação do desempenho docente começou inquinado. Desde logo, devido ao quadro legal que passou a vigorar com a publicação do novo Estatuto de Carreira Docente, em Janeiro.

O novo ECD, imposto unilateralmente pelo Ministério da Educação (ME), configura uma nova estrutura de carreira, com a criação de duas categorias hierarquizadas e o estabelecimento de dotações específicas para acesso à categoria superior (“professor titular”), estando previstas cotas máximas também para atribuição das menções qualitativas mais elevadas.

Estes três aspectos mereceram, desde o início, a frontal oposição do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), bem como o cariz marcadamente burocrático do processo de avaliação proposto, deixando antever nas escolas um verdadeiro “frenesim avaliativo” em momentos cruciais, como o final/início de ano lectivo, precisamente quando mais necessária é uma grande estabilidade.

O processo surge ainda marcado pelo carácter extremamente negativo e perverso de itens de avaliação como os resultados escolares dos alunos e as taxas de abandono escolar – uma avaliação que penalizará um docente não pelo seu desempenho, porventura excepcional, mas por factores que lhe são alheios; uma avaliação que visa, na prática, reter a maioria dos docentes em escalões intermédios, impedindo o seu acesso ao topo da carreira; uma avaliação que se diz orientada para premiar o mérito, mas que terá o reflexo contrário, negando o reconhecimento desse mesmo mérito a muitos que o têm.

É verdade que são muitas e severas as críticas ao modelo de avaliação proposto pelo ME. Mas isso não pode ser confundido com a falsa ideia de que a Fenprof se opõe à avaliação do desempenho dos docentes. Pelo contrário, a Fenprof e os educadores/professores não só concordam como exigem um modelo de avaliação que seja exigente, justo, rigoroso e que promova, de facto, a qualidade, a competência e o mérito dos docentes, sendo esta uma das principais marcas distintivas entre o que propõe o ME e o que defende a Fenprof. Reside aqui, aliás, o principal motivo para a recusa, por parte da Fenprof, de quaisquer constrangimentos administrativos que, a pretexto da avaliação, sejam impeditivos do normal desenvolvimento na carreira docente.

Anteprojecto inaceitável

No entendimento do SPN e da Fenprof, o carácter negativo e restritivo deste anteprojecto começa fora dele próprio, devido ao facto de o ME não colocar a hipótese de negociação de alguns aspectos mais negativos resultantes do ECD, como as cotas para atribuição das classificações mais elevadas ou a estruturação da carreira docente em categorias hierarquizadas, sem esquecer a contingência para aceder à categoria de topo.

Para a Fenprof, a aplicar-se, o modelo de avaliação preconizado pelo ME introduzirá focos de instabilidade nas escolas, aumentando as suas dificuldades de funcionamento. De facto, a excessiva burocratização levará a que os professores fiquem “afogados” em processos de avaliação, quer enquanto avaliados quer como avaliadores – convirá lembrar que há docentes com 200 ou mais alunos, o que só por si faz da autoavaliação um processo extremamente burocrático; e se pensarmos que o anteprojecto do ME prevê que esta pode ser, pura e simplesmente, ignorada pelos avaliadores, que nem sequer têm de justificar eventuais discordâncias...

Em última análise, para a Fenprof, a aplicação do modelo de avaliação preconizado pelo ME terá consequências muito negativas para o desempenho dos docentes naquilo que é fundamental: a sua prática lectiva e, conseqüentemente, a qualidade da educação. Relativamente a questões mais concretas, a possibilidade de imposição dos objectivos pelo avaliador merece a nossa inteira discordância. Na falta de acordo entre avaliador e avaliado, deve ser um órgão colectivo a resolver a situação – Conselho Pedagógico, por exemplo –, tendo em conta, entre outros instrumentos, o plano curricular de turma (PCT).



ISTO É

Para que a discussão e eventual acordo em torno dos objectivos de avaliação pudesse ter sentido, seria necessário que avaliado e avaliadores conhecessem bem as turmas, os alunos e já estivesse aprovado o PCT. A não ser assim, podemos ter o avaliador a fixar sempre e unilateralmente aqueles objectivos.

No que respeita aos avaliadores, a Fenprof discorda da inexistência de uma intervenção mais alargada, concretamente dos membros de estruturas colectivas em que o avaliado participe (conselhos de disciplina, conselhos de turma, etc.).

Absolutamente inaceitável, também, é o facto de os resultados do progresso de cada um dos alunos – e, mais ainda, a comparação com a média de resultados da escola – constituírem instrumentos de avaliação individual. Nessas condições, um momento que é até anterior ao início da actividade lectiva, como a distribuição de serviço, passaria a ter uma influência crucial no processo de avaliação, abrindo caminho a graves perversões.

Um processo quase *kafkiano*

Por outro lado, e tendo em conta o carácter burocratizado do processo de avaliação proposto, não se compreende como poderiam os avaliadores fazer face a tudo o que lhes é exigido, sem que ficassem previstas condições específicas para tal, designadamente a hipótese de redução da componente lectiva. Se não, como conseguiriam assistir a três aulas anuais de cada um dos docentes avaliados, reunir com um de cada vez para fixar objectivos, preencher fichas atrás de fichas, coordenar o departamento, levar a cabo entrevistas individuais, para além de serem eles próprios submetidos a avaliação?!...

No anteprojecto também não são referidas a forma e muito menos as consequências da dupla, ou mesmo tripla, avaliação dos professores titulares. Que aconteceria se um docente fosse avaliado positivamente na prática lectiva e negativamente no exercício de um cargo ou enquanto avaliador? Aliás, nem sequer é claro quem avalia os avaliadores que não exerçam a função de coordenador.

Também a assiduidade, nos termos em que é referida, não tem sequer em conta o próprio ECD, não contemplando o previsto no artigo 103º (ausências consideradas ou equiparadas a prestação efectiva de serviço). O projecto apenas distingue entre serviço previsto e serviço prestado, o que é ilegal e inaceitável.

Quanto à entrevista individual, a Fenprof entende que esta só deveria ter lugar em situações excepcionais, designadamente por solicitação do avaliado. De qualquer forma, o que não se admite é que a mesma não seja aplicável nos casos de atribuição de 'Regular', uma menção que impede a progressão e determina a não contabilização daquele tempo para efeitos de carreira.

De igual forma, fazer depender a atribuição da menção 'Excelente' do cumprimento de 100% do serviço lectivo reforça a ideia de que o ME prima não só pelo desrespeito de outros quadros legais (legislação sobre faltas), como parece não pretender sequer respeitar o próprio ECD que publicou em Janeiro, tentando impor um novo constrangimento que acresce às cotas e às dotações específicas para a categoria de titular.

É verdadeiramente absurdo pretender que esta nova avaliação se aplique ao tempo de serviço prestado desde 1 de Setembro de 2007, o que implicaria que todos os docentes já estivessem sob a alçada de um normativo que ainda não existe e que já estivessem a ser avaliados antes de estabelecidos os objectivos e até antes de serem conhecidos os respectivos avaliadores.

Finalmente, é absurdo ainda não se conhecerem as propostas de fichas de avaliação a utilizar, contrariando um compromisso assumido pelo ME. ▶

Nota: Nos complementos *on line* desta revista (em www.spn.pt) está disponível um texto sobre as propostas da Fenprof relativas ao modelo de avaliação do desempenho docente.



HENRIQUE BORGES

Em cimeira realizada no dia 14 de Setembro, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública aprovou a proposta reivindicativa para o próximo ano e uma resolução em que se apela à mobilização para as jornadas de luta agendadas para Outubro, designadamente no âmbito do Dia Mundial dos Professores (dia 5) e da presidência portuguesa da União Europeia (dia 18).

Frente Comum aprovou proposta reivindicativa

Os educadores e professores, tal como todos os outros trabalhadores da Administração Pública, têm vindo a ser confrontados, por parte do Governo de José Sócrates, com uma escalada de medidas que lhes têm vindo a retirar direitos fundamentais conquistados pela luta desenvolvida ao longo de décadas. O processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente conduziu à fractura na carreira, com a imposição por parte do Ministério da Educação de duas categorias profissionais, impedindo, na prática, que dois terços dos educadores/professores acedam aos índices remuneratórios mais elevados, que correspondem à categoria de 'professor titular'. A partir de agora, para todos os professores e educadores, a luta por aumentos salariais justos é, mais do que nunca, uma prioridade.

A "Proposta Reivindicativa Comum para 2008" (página seguinte) irá constituir, sem qualquer dúvida, um factor de unidade e luta para todos os trabalhadores da Administração Pública, não só em defesa da anualidade dos salários e de uma actualização salarial que, no mínimo, reponha algum do poder de compra perdido, mas também em defesa de um estatuto sócio-profissional que dignifique as importantes funções sociais desempenhadas.

Na resolução aprovada (disponível nos complementos *on line* da revista, em www.spn.pt), para além da condenação da política de direita imposta pelo Governo – respaldado na maioria absoluta que o Partido Socialista detém na Assembleia da República – e do repúdio pelo comportamento do Governo, que, com o objectivo de limitar os direitos colectivos dos trabalhadores, procura alterar a lei sindical sem qualquer tipo de negociação, a Frente Comum apela à mobilização de todos os trabalhadores da Administração Pública para as importantes jornadas de luta agendadas para o mês de Outubro. ▸

Proposta Reivindicativa Comum para 2008

1. Tabela salarial e prestações pecuniárias

- a) Manutenção da revisão anual dos salários
- b) Considerando que dos compromissos assumidos entre o Governo e a CGTP-IN, para a actualização faseada do salário mínimo nacional (SMN), resulta a necessidade de uma actualização, em 2008, de 5,8%, tal como já reivindicado, a Frente Comum exige, para salários e pensões, um aumento nessa percentagem, com a garantia de que nenhum trabalhador tenha um aumento inferior a 50€
- c) Eliminação gradual da diferença entre o valor do índice 100 das carreiras do regime geral e o valor do SMN, a efectuar em 3 anos, a partir de 2008, de modo a que em 1 de Janeiro de 2011 não seja inferior a 500€, conforme o acordado com a CGTP-IN
- d) Actualização do subsídio de refeição para 6€
- e) Actualização das restantes prestações pecuniárias em 10%
- f) Actualização dos escalões do IRS em 10%
- g) Descongelamento dos suplementos remuneratórios e da contagem de tempo para progressão
- h) Aumento das comparticipações da ADSE em 10%
- i) Aplicação automática a todos os trabalhadores da Administração Pública do resultado da negociação colectiva, efectuada nos termos da Lei nº 23/98, de 26 de Maio, e a abertura automática dos processos negociais sectoriais ou subsectoriais sem ficarem dependentes, nomeadamente, de cabimentação orçamental;
- j) Regulamentação e aplicação do suplemento de risco, penosidade e insalubridade

2. Reestruturação da Administração Pública

2.1. Emprego público, estabilidade, precariedade

- a) Exigência da manutenção do vínculo público de nomeação em toda a Administração Pública
- b) Transformação em vínculo permanente (nomeação) do vínculo precário de todos os trabalhadores que estejam a desempenhar funções que correspondam a necessidades permanentes dos serviços
- c) Revogação da Lei da Mobilidade (Lei nº 53/2006, de 7 de Dezembro)
- d) Revogação do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP) e estabelecimento de um sistema de avaliação de desempenho sem "quotas", que tenha em conta o interesse público e o desenvolvimento profissional dos trabalhadores

2.2. Negociação colectiva

- a) Apresentação prévia aos sindicatos, por parte dos ministérios, dos estudos que justifiquem qualquer medida de extinção, fusão e reestruturação de serviços, assim como de alegada racionalização de efectivos
- b) Negociação com os sindicatos de todas as matérias que tenham efeitos na situação dos trabalhadores, como estabelece a Lei nº 23/98, de 26 de Maio

2.3. Carreiras

- a) Contagem e valorização de todo o tempo de serviço prestado e manutenção do direito à carreira para todos os efeitos, designadamente na avaliação – o que implica a mudança de escalão de todos os trabalhadores em 2008
- b) Negociação de um sistema que garanta a valorização e dignificação das carreiras dos trabalhadores, mantendo a todos o direito ao acesso ao topo da carreira, e que tenha em conta o aumento das exigências profissionais e de conhecimentos para o desempenho das funções
- c) Aplicação dos decretos-lei 404-A/98, 412-A/98 e da Lei-Quadro das Inspeções às carreiras e trabalhadores a que não tenham ainda sido aplicados

2.4. Acção social complementar

- a) Manutenção dos direitos adquiridos e atribuídos pelos diversos serviços sociais, alargando o seu âmbito a todos os trabalhadores da Administração Pública
- b) Redução do valor das contribuições pagas à ADSE, de forma a que os trabalhadores da Administração Pública não sejam penalizados ao pagarem mais do que a generalidade dos trabalhadores pagam à Segurança Social, e anulação do valor pago pelos aposentados

3. Aposentação

- a) Repristinação do Estatuto da Aposentação, na sua redacção anterior, nomeadamente, às leis 1/2004, 60/2005 e 52/2007, e revogação do Decreto-Lei nº 286/93, de 20 de Agosto
- b) Equiparar o estatuto da Pensão de Sobrevivência ao do regime geral de Segurança Social e equiparar a contagem do tempo de serviço militar à prevista no mesmo regime

4. Formação profissional

- a) Garantir aos trabalhadores, a nível de cada serviço, as horas de formação a que têm direito por Lei e elaborar, com esse objectivo, planos de formação profissional com a sua participação, enviando cópia à respectiva associação sindical
- b) Aprovação das candidaturas apresentadas pelas associações sindicais com vista ao aumento da qualificação profissional dos trabalhadores
- c) Dedução, em sede de IRS, das despesas com formação profissional (designadamente a contínua), equipamento e materiais necessários ao exercício de funções

5. Segurança, higiene e saúde no trabalho

- a) Cumprimento das leis e dos acordos sobre SHST, e negociação, no âmbito da contratação colectiva, de medidas que permitam desenvolver com maior eficácia o trabalho dos representantes dos trabalhadores
- b) Levantamento dos serviços e entidades que ainda não têm SHST ou/e médico de trabalho, como obriga a Lei
- c) Formação dos trabalhadores em SHST e concessão de dispensa dos candidatos a representantes e dos representantes de SHST para poderem participar nessas acções de formação

6. Maternidade

- a) Pagamento integral, aos trabalhadores em regime de contrato, do período de licença de maternidade e paternidade, mesmo que este se prolongue para além da data de caducidade do contrato
- b) Contagem de todo o tempo de serviço a esses trabalhadores, para efeitos de promoção e progressão na carreira

A CGTP-IN considera fundamental o investimento no ensino público para que se reduzam as desigualdades e para que o país alcance uma elevada cultura e qualificação.

Investir na educação é imperativo nacional

Em comunicado distribuído à Comunicação Social, assinalando o início do ano lectivo, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN) considera que a educação é uma questão estratégica para Portugal – país da União Europeia que regista piores índices de analfabetismo e de iliteracia e onde o abandono escolar tende a agravar-se, em vez de diminuir, atingindo mais do dobro da média da UE.

“Tendo em conta o quadro negro em que nos encontramos”, a CGTP realça que, “apesar das mil promessas que o Governo tem feito”, a educação constitui um pesado encargo para as famílias, “nomeadamente na Educação Pré-Escolar, no Básico ou Secundário”. Quando o acesso deveria ser gratuito, “os manuais escolares são caros, aumentando acima da inflação, e estes custos aumentam com as refeições, o material de apoio ao estudo e os ATL. E no Ensino Superior acrescem as deslocações, os alojamentos e as propinas”.

Salientando que parte significativa das famílias trabalhadoras dependem de baixos rendimentos e são vítimas da precariedade laboral e do desemprego, o comunicado denuncia o papel “muito minimalista” da Acção Social Escolar.

Outro aspecto considerado preocupante é a continuação do encerramento indiscriminado de escolas do 1º Ciclo, havendo “crianças que percorrem longas distâncias e permanecem longas horas em escolas de acolhimento que não têm as condições necessárias para ali permanecerem praticamente todo o dia”.



ISTO É

Exigências e propostas

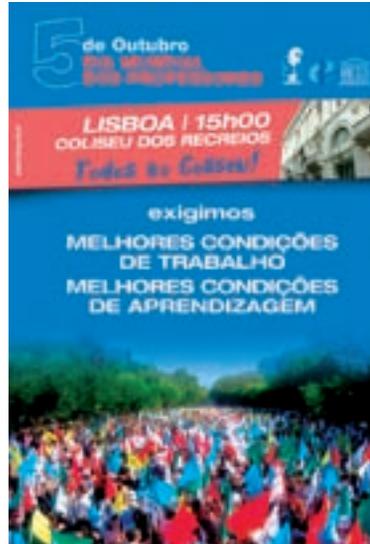
Para obstar a este “quadro negro”, a CGTP exige que o Governo cumpra as metas para o abandono escolar precoce (reduzir a saída dos alunos entre os 18-24 anos para 30% em 2008 e 25% em 2009) e o insucesso escolar (redução para metade no Ensino Básico em 2009) e que sejam tomadas medidas para combater o abandono também na transição para o Secundário. Propõe ainda:

- a generalização e gratuidade da Educação Pré-Escolar e aprovação de medidas necessárias ao anunciado alargamento da obrigatoriedade de frequência do sistema educativo ao grupo dos 5 aos 18 anos (12º ano de escolaridade);
- o reforço da Acção Social Escolar, para garantir a todos a igualdade de acesso e sucesso escolar;
- a melhoria das condições de trabalho nas escolas públicas e o reforço de meios humanos e financeiros, em particular no Ensino Básico;
- a compatibilização entre os horários da ‘escola a tempo inteiro’ e os horários dos pais, por via de ATL financiados pelo Estado;
- a generalização do acesso à internet e às tecnologias de informação e de comunicação, acompanhadas por medidas adequadas de formação. ▶

Por uma Escola melhor!

A Fenprof aprovou a realização de uma iniciativa comemorativa do Dia Mundial dos Professores (5 de Outubro) no Coliseu dos Recreios, em Lisboa.

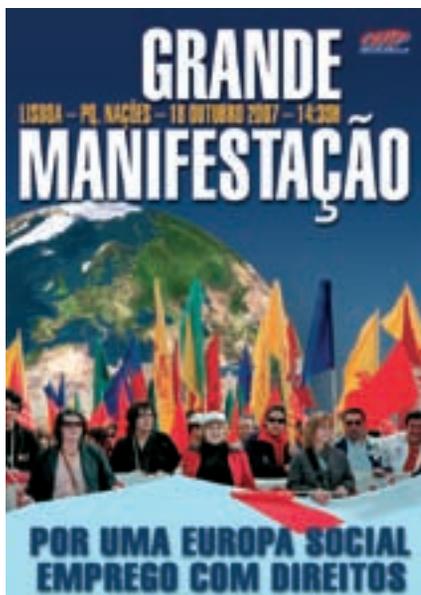
05
out.



A iniciativa, que conta com uma parte de animação cultural, é patrocinada pela UNESCO e pela Internacional de Educação e constituirá um importante momento da luta dos educadores/professores contra a precariedade, a estratificação artificial da carreira, a instabilidade de emprego e a falta de condições de trabalho.

A Fenprof apela a uma forte participação, em defesa de uma Escola Pública de Qualidade, de uma profissão digna e valorizada e, como propõe o lema do Dia Mundial, por melhores condições de trabalho dos professores como factor para a melhoria das condições de aprendizagem dos alunos.

CGTP convoca trabalhadores para o Parque das Nações



As políticas europeias e nacionais têm vindo a agravar as desigualdades e injustiças levadas a cabo, ao longo dos anos, por sucessivos governos. E que o Executivo de Sócrates tem caprichado em acentuar.

Nesta perspectiva, a CGTP decidiu convocar uma grande manifestação para o dia 18 de Outubro, no Parque das Nações, por ocasião da cimeira de chefes de Estado e de governo da União Europeia, a realizar em Lisboa no âmbito da presidência portuguesa. "Por uma Europa Social | Emprego com Direitos" é o mote para os trabalhadores portugueses e europeus reclamarem uma mudança urgente de políticas.

*A vida não está fácil!
Pelo contrário, as coisas estão cada vez mais difíceis;
as condições de vida e de trabalho têm vindo a degradar-se.*

18
out.

Desempenho de funções dos professores titulares

O Decreto-Lei nº 15/2007, de 19 de Janeiro, introduziu alterações ao Estatuto da Carreira Docente, criando duas categorias distintas: *professor* e *professor titular*.

A *professor titular* corresponde o desempenho de funções específicas, referidas no ponto 4 do artigo 35º do novo Estatuto:

- coordenação pedagógica de ano, ciclo ou curso;
- direcção de centros de formação das associações de escolas;
- coordenação de departamentos curriculares e conselhos de docentes;
- exercício de funções de acompanhamento e apoio à realização do período probatório;
- elaboração e correcção das provas nacionais de avaliação de conhecimentos e competências para admissão na carreira docente;
- participação no júri da prova pública para admissão ao concurso de acesso à categoria de *professor titular*.

Através da informação nº B070010311A, de 10 de Agosto de 2007, foi comunicado às escolas um despacho do secretário de Estado da Educação relativo ao desempenho de cargos de coordenação para o ano escolar 2007-2008. Refere o despacho que, para o ano escolar 2007-2008, os cargos de coordenação de departamento e de conselho de docentes são, obrigatoriamente, assegurados por *professores titulares*.

Quanto aos restantes cargos, nomeadamente os previstos nos artigos 8º a 11º do Decreto Regulamentar nº 10/99, de 21 de Julho, (coordenação de ano, ciclo ou curso; professor tutor; outras actividades de coordenação), deverão os órgãos próprios das escolas decidir se se manterão ou não em funções os docentes que os vêm assumindo, independentemente de terem, ou não, a categoria de *professores titulares*.

índice de legislação · julho

I Série

23. Portaria 792/07

Define os preços convencionados a que fica sujeita a venda de manuais escolares e de outros recursos didáctico-pedagógicos para os ensinos Básico e Secundário.

II Série

03. Despacho 14.026/07

Estabelece as orientações relativas a matrículas e distribuição dos alunos por turmas nos ensinos Básico e Secundário.

05. Despacho 14.272/07

Estabelece o calendário escolar para o ano escolar 2007-2008.

09. Despacho 14.715/07

Revoga parcialmente o Despacho nº 7.834/07, de 27 de Março.

09. Despacho 14.717/07

Cria unidades orgânicas favoráveis no âmbito da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular. (DGIDC)

12. Despacho 15.318/07

Aprova o Regulamento de Funcionamento do Conselho de Coordenação da Avaliação para a DGIDC.

12. Despacho 15.322/07

Cria equipas multidisciplinares integradas na DGIDC e hierarquicamente dependentes do director geral.

12. Parecer nº 3/07

Parecer do Conselho Nacional de Educação sobre o projecto de decreto-lei relativo à criação da Agência de Avaliação e Acreditação para a Garantia de Qualidade do Ensino Superior.

17. Decreto-Lei 261/07

Regulamenta a Lei nº 47/06, de 28 de Agosto, que define o regime de avaliação, certificação e adopção de manuais escolares dos ensinos Básico e Secundário, bem como os princípios e objectivos a que deve obedecer o apoio sócio-educativo relativamente à aquisição e empréstimo de manuais escolares.

18. Aviso 1.2923/07

Abertura de concurso para o exercício de funções docentes no ensino português no estrangeiro no ano escolar 2007-2008 em regime de contrato.

20. Aviso nº 13.089/07

Concurso de selecção dos professores das escolas do Ensino Particular e Cooperativo (incluindo as escolas profissionais) para a profissionalização em serviço no biénio 2007-2008, ao abrigo do Decreto-Lei nº 287/88.

Setembro

- 04 Plenário de dirigentes do SPN com redução, Porto
- 05 Conferência da Organização do SPN, Póvoa de Varzim
- 06 Conferência da Organização do SPN, Póvoa de Varzim
- 10 Conselho Nacional da Fenprof, Lisboa
- 11 Conselho Nacional da Fenprof, Lisboa
- 18 Plenário de dirigentes do SPN com redução, Porto
- 18 Anúncio da Campanha de Valorização da Imagem do Professor e da Escola, (Fenprof, Coimbra)
- 26 Assembleia Geral de Sócios para a alteração dos Estatutos do SPN (descentralizada)

Outubro

- 05 Comemoração do Dia Mundial dos Professores, Lisboa
- 18 Manifestação sob o lema "Por uma Europa social, emprego com direitos", por ocasião da cimeira de Chefes de Estado e de Governo da UE(CGTP, Lisboa)

Calendário de reuniões Fenprof/ME sobre regulamentação do ECD

6, 13 e 17 de Setembro

Avaliação do desempenho

26 de Setembro e 3 de Outubro

Prova de ingresso na profissão docente

11 e 17 de Outubro

Prova de acesso a *professor titular*

26 de Outubro

Dispensas para formação

31 de Outubro

Aquisição dos graus académicos de *mestre* e *doutor*

7 de Novembro

Licença sabática

Os sindicatos são pólos de reflexão e acção indispensáveis à democracia

1. O processo de globalização capitalista apresenta, hoje em dia, aspectos extremamente preocupantes, nomeadamente no que concerne aos direitos dos trabalhadores e à qualidade do trabalho e sua regulamentação, fortemente golpeada, a que acrescem outros como a denegação da centralidade do trabalho e o ataque às organizações sindicais enquanto espaços de reflexão, acção e reivindicação. O capitalismo neoliberal não se cansa, por outro lado, de asfixiar a actividade de dirigentes e activistas sindicais e de degradar a acção institucional das organizações sindicais, quer a nível regional quer nacional, quer no plano institucional quer no político-sindical. O actual Governo, a léguas de uma política social mínima, mergulhado, ao invés, no mais reacçãoário e desumano neoliberalismo, tem sido um relevante mas grosseiro protagonista da feroz ofensiva capitalista contra os sindicatos e os trabalhadores.
2. Gadamer dizia que a linguagem expressa o modo de “estar no mundo” dos humanos. O discurso de Sócrates é primário e lapidar: sem requintes de estilo, antes usando e abusando de um tom baçamente enfático, o chefe do Governo mostra quotidianamente ao país o seu modo prepotente, arrogante, inconsistente e inconsequente de “estar no mundo” a par da mais fria, sobranceira e desumana forma de estar na política.
Porém, não está só. Maria de Lurdes Rodrigues é sua irmã colaça no discurso e na acção e vai deixar a Educação num estado tão desgraçado que nenhum Bandarra é capaz de lhe prever os nefastos contornos futuros. E o dramático é que a ilustre socióloga, que no dealbar do seu mandato até parecia bem intencionada, ainda que mal direccionada, vem aumentando a fúria da sua cavalgada para o abismo em que vergasta sem dó nem piedade a escola pública, os professores e os alunos.

3. Marx escreveu algures que “tal como os indivíduos expressam a sua vida, assim são”. A ministra da educação, infalível governante, e por isso surda a qualquer sugestão crítica, expressa-se na vida como uma demiurga que veio ao mundo da política para azeitar os enferrujados gonzos do sistema educativo. Só que à falta de azeite usa a água-chilra que dramaticamente brota da sua política e com a mesma candura da Rainha Santa Isabel abre a sua caixa de Pandora e diz a Sócrates (e ao país): são êxitos, senhor! Serão com certeza êxitos da política deste Governo, mas rotundos fracassos para quem anseia por uma escola pública solidamente democrática e por uma profissão docente valorizada e prestigiada, exercida por educadores e professores altamente competentes.

4. Vivemos um período de carência, de arrocho político para os trabalhadores, designadamente os docentes, e de fraternas passadeiras do mais suave damasco governamental para os senhores do grande capital poderem alardear a sua pecúnia, cada ano mais gorda.
Este é um tempo de lacraus, um tempo que exige de nós o reforço e a coesão dos espaços solidários e de luta, de reivindicação e proposição: os sindicatos – organizações cujos êxitos dependem cada vez mais da justiça e inteligência das suas estratégias e da coerência da sua acção, organizações que necessitam de convocar para os seus espaços de debate e definição do movimento reivindicativo a grande maioria dos docentes, a fim de, num vasto e diversificado universo, se encontrarem os caminhos que levem a um futuro melhor.

É indispensável confrontar opiniões, não para dividir ou definir tendências mas para congraçar a classe docente, isto é, para estabelecer o entendimento entre pessoas que estavam em desacordo. Creio firmemente que a força do movimento sindical docente lhe advirá muito da sua unidade. Lutemos por ela, porque os sindicatos são um pulmão da democracia e um instrumento decisivo para a construção de um mundo, como queria Paulo Freire, “mais redondo, menos arestoso, mais humano”. ▀

Paulo Sucena,

presidente do Conselho

Geral do SPGL

(membro do Conselho Nacional da

CGTP-IN e do Conselho Nacional

de Educação)



ISTO É

Dados do INE mostram que na vigência do governo de Sócrates o emprego, em termos de grandes números, não diminuiu – até aumentou em 15,9 mil. Mas este aumento é aparente, pois foi conseguido através da substituição de trabalhadores por outros menos qualificados, de trabalhadores a tempo completo por trabalhadores a tempo parcial e de trabalhadores com contrato sem termo por trabalhadores com contratos precários.

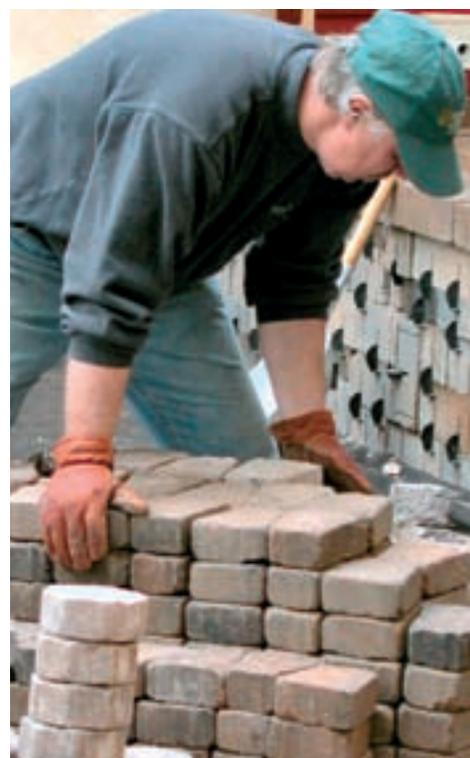
Recomposição do emprego agrava condições de vida

Em Portugal, as condições de vida dos trabalhadores têm-se agravado não só porque a inflação tem aumentado mais do que os salários nominais, mas também porque, nos últimos anos, se tem verificado uma recomposição do emprego, traduzida na substituição de emprego mais qualificado, a tempo completo e permanente – portanto com salários mais elevados – por emprego menos qualificado, a tempo parcial e precário, logo com salários mais baixos.

A primeira causa é visível para toda a gente, mas a segunda tem passado totalmente despercebida, mesmo a nível dos *media*. Utilizando os dados sobre salários divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) relativamente ao segundo trimestre de 2007 pode verificar-se que o segundo aspecto também está a contribuir para o agravamento económico e das condições de vida no país.

De facto, entre 2005-2007, verificou-se uma redução de 115,9 mil empregos no grupo de trabalhadores com “*qualificação e escolaridade elevada*”, portanto com salários mais elevados, e um aumento de 59,7 mil no grupo de “*qualificação e escolaridade média*” e de 72,1 mil no grupo de “*qualificação e escolaridade mais baixa*” – grupos com salário baixos.

Como consequência, neste período, o salário médio calculado com base no emprego total aumentou apenas 1,6%, se se utilizarem como salários de 2007 por profissões (que ainda não foram divulgados pelo INE) os de 2006, actualizados numa percentagem igual ao aumento que se verificou, também segundo o INE: de 734 para 746 euros. Em relação à massa salarial, verifica-se uma situação semelhante – se utilizarmos os salários médios por profissões estimados para 2007, da forma indicada anteriormente, conclui-se que no mesmo período a variação da massa salarial total é de apenas 1,9%.



Recomposição do emprego ou dos salários?

O aumento do salário médio dos empregados em 1,6% e da massa salarial anual global 1,9% – aumentos inferiores quer à taxa de inflação acumulada nestes dois anos (5,4%) quer aos aumentos dos salários por profissões (entre 2,2% e 10,9%) – mostra que em Portugal se está a registar um agravamento significativo das condições de vida, também devido à recomposição que se está a verificar no emprego, agravamento este que atinge tanto quem se emprega pela primeira vez como os afectados pelo despedimento, uma vez que estes, para sobreviverem, têm muitas vezes de aceitar salários inferiores aos que recebiam antes de serem despedidos.

Como se estimou que entre 2005-2007 o salário médio nominal aumentará apenas 1,6% e que a taxa de inflação é de 5,4%, o salário médio real diminuirá em 3,6%, o que não sucederia com esta dimensão se não se tivesse verificado a recomposição do emprego.

Uma das razões desta evolução prende-se com a redução do emprego nas profissões de salários mais elevados, nomeadamente no grupo “*qualificação e escolaridade elevada*”. A massa salarial deste grupo diminuirá 6,8% em 2007, se se utilizarem para cálculo os salários médios por profissões estimados da forma referida anteriormente.

Eugénio Rosa,
economista

Trabalhadores são “o elo mais fraco”

Os outros três meios utilizados para reduzir o salário médio dos empregados e, conseqüentemente, as despesas com pessoal são os seguintes:

- a substituição de trabalhadores a tempo completo por trabalhadores a tempo parcial, com salários mais baixos;
- a substituição de trabalhadores com contrato permanente por trabalhadores com contrato precário (contratos a prazo e “outros contratos”), a quem pagam também salários mais baixos;
- a substituição de trabalhadores mais velhos por trabalhadores mais jovens, a quem pagam igualmente salários muito mais baixos.

De facto, entre 2005-2007, o emprego a tempo completo diminuiu em 17,1 mil, enquanto o emprego a tempo parcial aumentou em

27,7 mil. O emprego com contrato sem termo diminuiu em 40 mil, enquanto os trabalhadores com contrato a termo aumentaram em 91,9 mil e com “outros contratos”, também precários, cresceram em 30 mil. Segundo o INE, o salário médio dos trabalhadores a tempo parcial representa, em média, apenas 46% do salário médio dos trabalhadores a tempo completo; o salário médio dos trabalhadores contratados a prazo representa, em média, 78% do salário dos trabalhadores com contratos sem termo; o salário dos trabalhadores com “*outros contratos*” corresponde, em média, a 71% do salário médio dos trabalhadores com contrato permanente; e o salário médio dos trabalhadores com idade entre 25-34 anos representa, em média, 57,6% do salário médio dos trabalhadores com idade compreendida entre 45-64 anos.

Em suma, e apesar de todas as declarações em contrário, tanto dos patrões como do Governo, os dados do INE revelam a tentativa para manter em Portugal um modelo de crescimento económico baseado em baixos salários, o que só pode contribuir para agravar e prolongar a crise. ▀

Nota: O texto que se publica foi editado. A versão integral do estudo realizado por Eugénio Rosa pode ser acedida nos complementos *on line* da revista (www.spn.pt).



Governo volta a mexer na aposentação

No dia 31 de Agosto, foi publicada a Lei nº 52/2007, que altera a Lei 60/2005, que por sua vez já tinha alterado profundamente o Estatuto da Aposentação. Assim, em menos de 2 anos, o Governo de Sócrates alterou por duas vezes, e de forma significativa, o regime de aposentação, reduzindo ou mesmo retirando direitos importantes aos trabalhadores. De acordo com Eugénio Rosa, a nova lei altera radicalmente a fórmula de cálculo da pensão de aposentação, nomeadamente pela aplicação, a partir de 1 de Janeiro do próximo ano, do chamado *factor de sustentabilidade*, que determina uma nova redução nas pensões (entre 0,6% e 19,7%).

Ainda segundo aquele economista, a pensão de aposentação resultará agora de duas pensões: uma correspondente ao tempo de serviço prestado até 31 de Dezembro de 2005 e outra desde 2005.

Não entrando em detalhes, refira-se que a nova pensão resultará da soma das duas pensões atrás referidas, multiplicada pelo *factor de sustentabilidade*, que depende do ano em que o trabalhador se aposentar – a redução será tanto maior quanto mais tarde se verificar a aposentação.

Por outro lado, a nova lei cria uma bonificação para os trabalhadores que, podendo aposentar-se, decidam continuar a trabalhar. Consiste no seguinte: desde que o trabalhador tenha, cumulativamente, a idade legal de aposentação e 36 anos de serviço, pode aposentar-se; se decidir continuar a trabalhar, beneficiará de um aumento por cada mês de serviço, variável em função do tempo de serviço. No entanto: conta apenas o tempo prestado após a entrada em vigor da lei; o trabalhador só pode trabalhar até aos 70 anos; a pensão bonificada não pode “ser superior a 90% da última remuneração mensal”. ▀

5 de Outubro
DIA MUNDIAL DOS PROFESSORES

exigimos

MELHORES CONDIÇÕES DE T
MELHORES CONDIÇÕES DE A



FENPROF Federação Nacional dos Professores



*O Dia Mundial dos Professores celebra-se a 5 de Outubro, comemorando a assinatura da **Recomendação UNESCO/OIT Sobre a Situação do Pessoal da Educação (Paris, 1966)**.*

Este ano a campanha tem como lema:

Melhores condições de trabalho para os professores traduzem-se em melhores aprendizagens para os estudantes.

TRABALHO APRENDIZAGEM



Nesta perspectiva a Internacional da Educação definiu seis reivindicações fundamentais:

- ambiente de trabalho adequado
- salário decente para viver
- igualdade de remuneração e de direitos para as professoras
- desenvolvimento profissional inicial e permanente
- participação na definição das políticas
- negociação colectiva para defender e melhorar os direitos dos docentes.

Revisão dos Estatutos do SPN

A última alteração estatutária a que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) procedeu, em Fevereiro, conduziu a que a versão aprovada fosse sujeita a algumas correcções suscitadas pelo Ministério do Trabalho e, posteriormente, pelo Ministério Público.

Tais correcções respeitam à configuração que os estatutos das organizações sindicais devem assumir face ao Código de Trabalho, de que é exemplo a obrigatoriedade de preverem o exercício do direito de tendência e as formas de que se reveste esse exercício.

Neste contexto, a aprovação final dos Estatutos do SPN implica o respeito por determinados pressupostos legais e, como tal, universais e imperativos, pelo que a Direcção se viu obrigada a realizar uma Assembleia-Geral de Sócios, no dia 26 de Setembro, para ajustar os Estatutos aos contornos legais vigentes, sob pena de ser declarada a sua nulidade e a consequente extinção do sindicato.

Tendo em conta que quaisquer alterações estatutárias exigem uma participação mínima de 10% dos associados, a Direcção do SPN apela à participação dos sócios na votação que se realizará nesse dia, apoiando a nova redacção dos artigos proposta.

Como votar

O processo de votação da proposta apresentada pela Direcção será efectuado por escrutínio secreto, directo e universal. A apresentação das propostas a votação consta de uma carta enviada a todos os associados e pode ser consultada no sítio do Sindicato (www.spn.pt).

Também por carta, todos os sócios receberam um boletim de voto com a indicação dos artigos e alíneas sujeitos a votação – de acordo com os Estatutos em vigor, a votação é feita na especialidade.

Para votar, há duas modalidades: por correspondência ou presencialmente.

No caso de o sócio optar pela modalidade por correspondência, deverá introduzir o boletim de voto, depois de preenchido, no envelope branco e, depois, introduzir este, juntamente com a credencial, no envelope RSF, que os sócios também receberam por carta. A credencial não deve, pois, ser introduzida no envelope branco juntamente com o boletim, para não pôr em causa o secretismo do voto, mas tem que ser enviada, dentro do envelope RSF, para o voto poder ser considerado.

São considerados válidos os votos recebidos na Sede do SPN, no Porto, até às 18 horas do dia 26 de Setembro de 2007. Assim, caso optem por esta modalidade, e para garantir a validade do voto, os sócios devem exercer o seu direito com a máxima brevidade.

Caso optem pela modalidade presencial, os sócios deverão consultar os locais e horários de funcionamento das mesas de voto e, no dia 26 de Setembro, dirigir-se a uma delas, munidos da credencial e de um documento de identificação (cartão de associado ou outro). Todas as mesas terão à disposição dos associados um documento com as alterações que se encontram em votação. ▸

mesas de voto

AMARANTE

Sede da Área Sindical, 9h–18h
Escolas (10h–12h e 14h–16h):
EB2,3/Sec. Baião
ES/3 Marco de Canaveses
EB2,3 Toutosa (Marco de Canaveses)
EB2,3 Idães (Felgueiras)

ES/3 João Gonçalves Zarco (Matosinhos)
ES/3 Canidelo (V.N.Gaia)
EB2,3 Júlio Dinis (Valbom – Gondomar)
EB2,3 Maia
ES/3 Ermesinde

BRAGA

Sede da Área Sindical, 9h–18h
Escolas (10h–12h e 14h–16h):
EB2,3 Lamações
EB2,3 Gualtar (Braga)
ES/3 Maximinos (Braga)
ES/3 Carlos Amarante (Braga)
EB2,3 Cávado – Panóias
EB2,3 Amares
EB2,3 Vila Verde
ES/3 Vila Verde
EB2,3 Prado
EB2,3 Moure
EB2,3 Ribeira do Neiva
EB2,3/S Vieira do Minho

PÓVOA DE VARZIM

Sede da Área Sindical, 9h–18h
Escolas (10h–12h e 14h–16h):
EB2,3 Dr. Flávio Gonçalves (P. Varzim)
ES/3 Rocha Peixoto (P. Varzim)
EB2/3 de A-ver-o-Mar
EB1/1/1 Caxinas (V. Conde)
ES 2/3 Frei João (V. Conde)
EB2,3 Júlio Saúl Dias (V. Conde)
ES/3 José Régio (V. Conde)
ES/3 Barcelos
ES/3 Alcaldas de Faria (Barcelos)
EB2,3 Gonçalo Nunes (Barcelos)
EB1 de Apúlia (Esposende)
ES/3 Henrique Medina (Esposende)
EB2,3 Ant^o Correia de Oliveira (Esposende)

BRAGANÇA

Sede da Área Sindical, 9h–18h

CHAVES

Sede da Área Sindical, 9h–18h

STA. MARIA DA FEIRA

Sede da Área Sindical, 9h–18h

GUIMARÃES

Sede da Área Sindical, 9h–18h
Escolas (10h–12h e 14h–16h):
EB2,3 Afonso Henriques (Guimarães)
ES/3 Francisco de Holanda (Guimarães)
EB2,3 Caldas de Vizela
EB2,3/S Infias (Caldas de Vizela)

S. JOÃO DA MADEIRA

Sede da Área Sindical, 9h–18h
EB2,3 Arouca
ES/3 Vale de Cambra
ES/3 Soares de Basto (O. Azeméis)

MIRANDELA

Sede da Área Sindical, 9h–18h

VIANA DO CASTELO

Sede da Área Sindical, 9h–18h
Escolas (10h–12h e 14h–16h):
ES/3 Monserrate
ES/3 Santa Maria Maior
ES/3 Ponte de Lima
EB2,3/S Barroselas
EB2,3/S Caminha

MONÇÃO

Sede da Área Sindical, 9h–18h
Escolas (10h–12h e 14h–16h):
EB2,3/S Arcos de Valdevez
ES/3 Monção
EB2,3/S Paredes Coura
EB1/S Diogo Bernardes (P. Barca)
EB 2,3/S Valença

V. N. FAMILICÃO

Sede da Área Sindical, 9h–18h

PENAFIEL

Sede da Área Sindical, 9h–18h
Escolas (10h–12h e 14h–16h):
EB 2,3 Lousada
EB 2,3 Paços de Ferreira
EB 2,3 Castelo de Paiva

Escolas (10h–12h e 14h–16h):
EB2,3 Júlio Brandão (Famalicão)
EB2,3 Bernardino Machado (Joane)
EB1 Arnoso
EB2,3 S. Rosendo (Santo Tirso)
EB1 São Martinho do Campo
EB2,3 Prof. Napoleão Sousa Marques (Trofa)
EB2,3 São Romão do Coronado
EB2,3 Alvarelos

PORTO

Sede da Área Sindical, 9h–18h
Escolas (10h–12h e 14h–16h):
ES/3 Soares dos Reis (Porto)
ES/3 Fontes Pereira de Melo (Porto)
EB2,3 Irene Lisboa (Porto)
EB2,3 Cerco (Porto)

VILA REAL

Sede da Área Sindical, 9h–18h



HENRIQUE BORGES

Sobre o despacho do desempenho de cargos

Silly season

Já tinha notado aquele gesto “subtil” do ME para reduzir o crédito através da utilização de uma lista de departamentos que se esgotou no concurso de titulares e que, por não existirem na realidade, não tinham coordenação! Eles são espertos!

A Fenprof fez bem em denunciar e exigir a correcção. Mas eles não querem aprender!

A Fenprof podia ter aproveitado o comunicado sobre o dito despacho para mostrar que o famigerado concurso, afinal, praticamente não altera nada, pelo menos no sentido expresso pelo ME no decreto-lei 200/2007. A montanha pariu um rato!!! Eles encarregaram-se de fazer gorar os seus propósitos expressos. Esvaziaram o despacho. Parece-me que os ditos cargos vão continuar, na sua maioria, a ser exercidos por quem os detinha. Terá o ME descoberto que o concurso não lhes permitia seleccionar os docentes mais capazes para certas funções?

Mas há os propósitos velados: reter a progressão na carreira mais tempo, poupar no orçamento, criar problemas no seio das escolas e dos docentes. Dois exemplos:

- a continuidade de coordenadores de departamento que não se encontrem no topo das listas do ME retirar-lhes-á autoridade, por exemplo na avaliação de professores (que o ME vai fazer avançar para o ano). Não será fácil a um coordenador (8º escalão) ir a uma aula de um colega do 9º escalão que, ainda por cima, tivera mais pontos no concurso;
- e o caso, por exemplo, de um coordenador de directores de turma (do 8º escalão) ou director de curso profissional que coordena docentes de escalões mais altos?

Espero que os serviços jurídicos dos sindicatos estejam a avançar no sentido de fazer revogar este concurso. Ou que os colegas que recorreram para os tribunais tenham algum sucesso!

Sou contra este concurso (embora tivesse obtido uns cento e oitenta e tal pontos, no 10º escalão). Já fiz quase tudo na escola. Não me apetecia agora ser obrigado a desempenhar um cargo por causa de uma pontuação neste concurso.

Antes sentia-me motivado para o desempenho de cargos. Agora não. Prefiro dar aulas e realizar outras actividades na escola. ▀

Alípio Barra,
sócio do SPN nº 25.436

Um dia destes colocaram no placar da sala dos professores uma lista dos nossos nomes com a nova posição na carreira docente. Fiquei a saber, senhora ministra, que, para além de um novo escalão que inventou, sou, ao fim de 15 anos de serviço, professora. Que querida, obrigada! E o que é que eu fui até agora?

Quando, no meu 5º ano de escolaridade, comecei a ter Educação Física, escolhi o meu futuro. Queria ser aquela professora, era aquilo que eu queria fazer o resto da minha vida: ensinar a brincar, impor regras com jogos, fazer entender que quando vestimos o colete da mesma cor lutamos pelos mesmos objectivos, independentemente de sermos ou não amigos, ciganos, pretos, más companhias, bons ou maus alunos; compreender que ganhar ou perder é secundário, desde que nos tenhamos esforçado por dar o nosso melhor. E aplicar isto na vida quotidiana...

(...)

Há 14 anos, enquanto, segundo a senhora D. Lurdes Rodrigues, ainda não era professora, participava em visitas de estudo, promovia acampamentos, fazia questão de ter equipas a treinar aos fins-de-semana, entre muitas outras coisas. Os alunos respeitavam-me, os meus colegas admiravam-me, os pais consultavam-me. E eu era feliz. Saía de casa para trabalhar onde gostava, para fazer o que sempre sonhara, para ensinar como tinha aprendido!



Como eu a entendo...

Agora, senhora ministra, que sou professora, que sou obrigada a cumprir 35 horas de trabalho, que não tenho tempo nem dinheiro para educar os meus filhos; agora, porque a senhora resolveu mudar as regras a meio (coisa que não se faz, nem aos alunos crianças!), estou a adaptar-me, não tenho outro remédio: entrego os meus filhos a trabalhadores revoltados na esperança que façam com eles o que eu tento fazer com os deles – agora que me intitula professora, eu não ensino a lançar ao cesto ou a rematar com precisão à baliza, não chego sequer a vestir-lhes os coletes...

Passo aulas inteiras a tentar que formem fila ou uma roda, a ensinar que enquanto um “burro” mais velho fala os outros devem, pelo menos, nessa altura, estar calados. Passo o tempo útil de uma aula prática a mandar deitar as pastilhas elásticas fora e a explicar-lhes que quando eu mando deitar fora a pastilha não é para a cuspirem no chão do pavilhão...

E os que se recusam a deitá-la fora porque ainda não perdeu o sabor? Coitados, afinal acabaram de gastar o dinheiro no bar que fica em frente à escola para tirarem o cheiro do cigarro que o mesmo bar lhes vendeu e nunca ninguém lhes explicou o perigo que há ao mascar uma pastilha enquanto praticam exercício físico.

E os que não tomam banho? E os que roubam ou agridem os colegas no balneário?

Falta disciplinar? Desculpe, não marco! O aluno faz a asneira, e eu é que sou castigada? Tenho que escrever a participação ao director de turma, tenho que reunir depois das aulas... E quem fica com os meus filhos?

Já percebeu a burocracia a que nos obriga? Já viu o tempo que demora a dar o castigo ao aluno?

No seu tempo não lhe fez bem o estalo na hora certa? Desculpe, mas não me parece!

Pois eu agradeço todos os que levei!

Mas isto é apenas um desabafo. Gosto de falar, discutir, argumentar com quem está no terreno e percebe minimamente do que se fala, o que não é, com toda a certeza, o seu caso.

Bastava-lhe uma hora com o meu 5º C! Uma hora... E eu não precisava de ter escrito tanto. E a minha ministra – não votei, mas deram-ma... – entendia porque não conseguirei trabalhar até aos 65 anos, porque é injusto o que ganho e o que congelou, porque pode sair a 6ª e até a 7ª versão do ECD que eu nunca fui nem serei tão boa professora como era antes de mo chamar.

Lamento profundamente a verdade! ▀

Ana Luísa Esperança

EB 2,3 Dr. Pedro Barbosa,

Viana do Castelo

A casa inquieta

Silêncio. Lá fora tudo dorme ainda, mas inquietamente. Ouvem-se os primeiros ruídos do dia. O canto de um pássaro, que dizes conhecer. Não consigo lembrar-me do nome que lhe chamaste. Imagino-o a voar com asas de condor, rasgando o horizonte, mas rapidamente me invade a imagem de um pequeno beija-flor, suspenso no ar, agitando freneticamente as asas coloridas. Aparição repentina, surpreendente e encantadora como o teu sorriso que me beija os ouvidos. A música continua a tocar, mas já não a ouvimos. O tempo recua dezenas de anos. Galáxia pulsante agitando poeira cósmica num trajecto de emoções revividas.

Notável talento este de desdobrar-se o tempo para visitar o passado, sem sair do presente. Sigo o caminho sugerido por uma súbita explosão de sensações imprevistas. Não sei se ao fim de todos estes anos devo procurar-te a mão, agarrá-la e pensar que nunca a devia ter largado. Os dedos entrelaçados, menos que as vidas.

Passeio pela casa inquieta. Tudo dorme ainda. Sobretudo os sonhos. Deixá-los dormir. Amanhã serão sonhos ainda. Não fumes mais. O fumo das noites que passamos a ler, cada um para seu lado, entranha-se nas paredes vazias. Abram as janelas. Quero sentir a brisa fresca da manhã que desponta. O cheiro do pão acabado de cozer num forno de lenha crepitante. O murmúrio do vento que te despenteia os cabelos. A gota subtil de orvalho que nos refresca o hálito. Suspensa no teu pulsar e nos teus lábios de mel, quero dormir tranquilamente, vencida pelo cansaço, abraçada a ti.



Não me tires fotografias. A câmara é como um vampiro que me olha nos olhos para me sugar a alma. Eu também consigo ver-te por dentro. Vejo coisas dispersas e uma fragilidade que me comove. Quero focar o olhar, filtrar as memórias e prender-me ao essencial. Não sei o que é essencial. Presto atenção a todos os pormenores. Abres o guarda-chuva como quem procura abrigo e dizes que não ter filhos não te dói. Ouço o CD. É lindo. A “tua” música é das mais belas que já ouvi. Um papagaio de papel que se afasta ao sabor do vento. Um colo a ninar-nos o sono. Uma voz branda que nos conta histórias e manda embora os fantasmas que povoam as nossas vidas. Repouso o meu olhar no teu olhar, inseguro e tímido, de menino. Quero abraçar-te com força. Deixar que me prendas nesse abraço. Afagar-te os cabelos. Beijar-te a boca e os olhos. Deixar em ti o que de melhor houver em mim. Nunca estarás sozinho. ▶

Fátima Marques

(pseudónimo)

ILUSTRAÇÃO PEDRO LINO / ISTO É

No dia 8 de Outubro, completam-se 40 anos sobre o assassinio de Ernesto Guevara de la Serna, na Bolívia. Assinalando a efeméride, a «SPN-Infomação» recupera e reproduz um texto de Frei Betto, publicado no jornal «Correio Braziliense» em Outubro de 2003.

Carta a Che Guevara

Querido Che!

Passaram-se muitos anos desde que a CIA te assassinou nas selvas da Bolívia, a 8 de Outubro de 1967. Tu tinhas, então, 39 anos de idade. Pensavam teus algozes que, ao cravar balas em teu corpo, após te capturarem vivo, condenariam tua memória ao olvido. Ignoravam que, ao contrário dos egoístas, os altruístas jamais morrem. Sonhos libertários não se confinam em gaiolas como pássaros domesticados. A estrela de tua boina brilha mais forte, a força dos teus olhos guia gerações nas veredas da justiça, teu semblante sereno e firme inspira confiança nos que combatem por liberdade. Teu espírito transcende as fronteiras da Argentina, de Cuba e da Bolívia e, chama ardente, ainda hoje inflama o coração de muitos.

Mudanças radicais ocorreram nesses trinta e seis anos. O Muro de Berlim caiu e soterrou o socialismo europeu. Muitos de nós só agora compreendem tua ousadia ao apontar, em Argel, em 1962, as rachaduras nas muralhas do Kremlin, que nos pareciam tão sólidas. A história é um rio veloz que não poupa obstáculos. O socialismo europeu tentou congelar as águas do rio com o *burocratismo*, o autoritarismo, a incapacidade de estender ao quotidiano o avanço tecnológico propiciado pela corrida espacial e, sobretudo, revestiu-se de uma racionalidade economicista que não deitava raízes na educação subjectiva dos sujeitos históricos: os trabalhadores.

Quem sabe se a história do socialismo seria outra, hoje, se tivessem dado ouvidos às tuas palavras: “O Estado às vezes se equivoca. Quando ocorre um desses equívocos, percebe-se uma diminuição do entusiasmo colectivo devido a uma redução quantitativa de cada um dos elementos que o formam, e o trabalho se paralisa até ficar reduzido a magnitudes insignificantes: é o momento de rectificar”.

Che, muitos de teus receios se confirmaram ao longo desses anos e contribuíram para o fracasso de nossos movimentos de libertação. Não te ouvimos o suficiente. Da África, em 1965, escreveste a Carlos Quijano, do jornal «Marcha», de Montevideo: “Deixe-me dizê-lo, sob o risco de parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de amor. É impossível pensar num revolucionário autêntico sem esta qualidade”.

Alguns de nós, Che, abandonaram o amor aos pobres que, hoje, se multiplicam na Pátria Grande latino-americana e no mundo. Deixaram de se guiar por grandes sentimentos de amor para serem absorvidos por estereis disputas partidárias e, por vezes, fazem de amigos inimigos, e dos verdadeiros inimigos aliados. Minados pela vaidade e pela disputa de espaços políticos, já não trazem o coração aquecido por ideais de justiça. Ficaram surdos aos clamores do povo, perderam a humildade do trabalho de base e, agora, *barganham* utopias por votos.

Quando o amor esfria, o entusiasmo arrefece e a dedicação retrai-se. A causa como paixão desaparece, como o romance entre um casal que já não se ama. O que era ‘nosso’ ressoa como ‘meu’ e as seduções do capitalismo afrouxam princípios, transmutam valores e, se ainda prosseguimos na luta, é porque a estética do poder exerce maior fascínio que a ética do serviço.

Teu coração, Che, pulsava ao ritmo de todos os povos oprimidos e espoliados. Peregrinaste da Argentina à Guatemala, da Guatemala ao México, do México a Cuba, de Cuba ao Congo, do Congo à Bolívia. Saíste todo o tempo de ti mesmo, incandescido pelo amor que, em tua vida, se traduzia em libertação. Por isso podias afirmar, com autoridade, que “é preciso ter uma grande dose de humanidade, de sentido de justiça e de verdade para não cair em extremos dogmáticos, em escolasticismos frios, em isolamento das massas. Todos os dias é necessário lutar para que este amor à humanidade viva se transforme em factos concretos, em gestos que sirvam de exemplo, de mobilização”.

Quantas vezes, Che, nossa dose de humanidade ressecou-se calcinada por dogmatismos que nos inflaram? de certezas e nos deixaram vazios de sensibilidade com os dramas dos condenados da Terra! Quantas vezes nosso sentido de justiça perdeu-se em escolasticismos frios que proferiam sentenças implacáveis e proclamavam juízos infamantes! Quantas vezes nosso senso de verdade cristalizou-se em exercício de autoridade, sem que correspondêssemos aos anseios dos que sonham com um pedaço de pão, de terra e de alegria.

Tu nos ensinaste um dia que o ser humano é o “actor desse estranho e apaixonante drama que é a construção do socialismo, em sua dupla existência de ser único e membro da comunidade”. E que este não é “um produto acabado. As taras do passado se trasladam ao presente na consciência individual e há que empreender um contínuo trabalho para erradicá-las”. Quiçá nos tenha faltado sublinhar com mais ênfase os valores morais, as emulações subjectivas, os anseios espirituais. Com o teu agudo senso crítico, cuidaste de advertir-nos de que “o socialismo é jovem e tem erros. Os revolucionários carecem, muitas vezes, de conhecimentos e da audácia intelectual necessárias para encarar a tarefa do desenvolvimento do homem novo por métodos distintos dos convencionais, pois os métodos convencionais sofrem a influência da sociedade que os criou”.

Frei Betto,
frade dominicano

Apesar de tantas derrotas e erros, tivemos conquistas importantes ao longo desses trinta anos. Movimentos populares irromperam em todo o continente. Hoje, em muitos países, são melhor organizados as mulheres, os camponeses, os operários, os índios e os negros. Entre os cristãos, parcela expressiva optou pelos pobres e engendrou a Teologia da Libertação. Extraímos consideráveis lições das guerrilhas urbanas dos anos 60; da breve gestão popular de Salvador Allende; do governo democrático de Maurice Bishop, em Granada, massacrado pelas tropas dos EUA; da ascensão e queda da Revolução Sandinista; da luta do povo de El Salvador. No Brasil, o Partido dos Trabalhadores chegou ao governo com a eleição de Lula; na Guatemala, as pressões indígenas conquistam espaços significativos; no México, os zapatistas de Chiapas põem a nu a política neoliberal.



Há muito a fazer, querido Che. Preservamos com carinho as tuas maiores heranças: o espírito internacionalista e a Revolução cubana. Uma e outra coisa se intercalam hoje como um só símbolo. Comandada por Fidel, a Revolução cubana resiste ao bloqueio imperialista, à queda da União Soviética, à carência de petróleo, à *mídia* que procura satanizá-la. Resiste com toda a sua riqueza de amor e humor, salsa e merengue, defesa da pátria e valorização da vida. Atenta à tua voz, ela desencadeia o processo de rectificação, consciente dos erros cometidos e empenhada, malgrado as dificuldades actuais, em tornar realidade o sonho de uma sociedade onde a liberdade de um seja a condição de justiça do outro.

De onde estás, Che, abençoes todos nós que comungamos teus ideais e tuas esperanças. Abençoes também os que se cansaram, se aburguesaram ou fizeram da luta uma profissão em benefício próprio. Abençoes os que têm vergonha de se confessar de esquerda e de se declarar socialistas. Abençoes os dirigentes políticos que, uma vez destituídos de seus cargos, nunca mais visitaram uma favela ou apoiaram uma mobilização. Abençoes as mulheres que, em casa, descobriram que seus companheiros eram o contrário do que ostentavam fora, e também os homens que lutam por vencer o machismo que os domina.

Abençoes todos nós que, diante de tanta miséria a erradicar vidas humanas, sabemos que não nos resta outra vocação senão converter corações e mentes, revolucionar sociedades e continentes. Sobretudo, abençoa-nos para que, todos os dias, sejamos motivados por grandes sentimentos de amor, de modo a colher o fruto do homem e da mulher novos. ▶



FREI BETTO. Antropólogo, filósofo, jornalista, professor e escritor – duplamente distinguido com o prêmio literário mais importante do Brasil (Jabuti) –, o frade dominicano Carlos Alberto Libânio Christo é um dos teólogos da libertação e defende uma “fé encarnada, engajada”.

Ex-preso político, sob a ditadura militar, é militante/assessor de movimentos sociais e governos latino-americanos. Estava em S. Paulo quando eclodiu a histórica greve dos metalúrgicos de onde emergiram o Partido dos Trabalhadores e Lula da Silva. Amigo do presidente brasileiro, foi seu assessor especial e coordenou o programa Fome Zero até 2004.

Em 1986 foi eleito intelectual do ano pela União Brasileira de Escritores. É autor, entre dezenas de outros títulos, do *best-seller* «Fidel e a Religião» e de «Entre Todos os Homens», onde expõe a sua visão pessoal de Jesus: “O homem que era mais pelo amor do que pela obediência, mais pela liberdade do que pela disciplina, mais pela alegria do que pela tristeza”.



ANA ALVIM

Para que serve o professor?

Na avalanche de artigos sobre “bullismo” [do inglês *bullying*], li um episódio que, na esfera da violência, não definiria precisamente como o máximo da impertinência... Contudo, trata-se de uma impertinência significativa. Relatava que um aluno, para provocar um professor, lhe tinha dito: “Desculpe, mas na época da internet, para que serve você?”.

O aluno dizia uma meia-verdade, que, entre outros, os mesmos professores dizem desde há pelo menos 20 anos, ou seja, que antes a escola devia transmitir formação, certamente, mas sobretudo noções, desde as tabuadas na primária, qual a capital de Madagáscar na ‘*escola média*’ até aos factos da guerra dos 30 anos na secundária. Com o aparecimento, não digo da internet, mas da televisão e da rádio, e até do cinema, grande parte destas noções começaram a ser absorvidas pelas crianças na esfera da vida extra-escolar.

Quando era pequeno, o meu pai não sabia que Hiroxima ficava no Japão, que existia Guadalcanal, tinha uma ideia imprecisa de Dresden e só sabia da Índia o que tinha lido em Salgari. Eu, que sou da época da guerra, aprendi essas coisas da rádio e nas notícias diárias, enquanto que os meus filhos viram na televisão os fiordes noruegueses, o deserto de Gobi, como as abelhas polinizam as flores, como era um *tyrannosaurus rex* e, finalmente, uma criança de hoje sabe tudo sobre o ozono, os coalas, o Iraque e o Afeganistão. Talvez uma criança de hoje não saiba exactamente o que são as células estaminais, mas ouviu nomeá-las, enquanto que na minha época não se falava disso, nem sequer a professora de Ciências Naturais. Então, para que servem hoje os professores?

Referi que o aluno disse uma meia-verdade, porque antes de mais um professor, além de informar, deve formar. O que faz com que uma turma seja uma boa turma não é a transmissão de dados e mais dados, mas que se estabeleça um diálogo constante, uma confrontação de opiniões, uma discussão sobre o que se aprende na escola e o que vem de fora. É certo que o que acontece no Iraque di-lo a televisão, mas por que é que sempre acontece ali alguma coisa, desde a época da civilização mesopotâmica, e não na Groenlândia, é algo que só a escola pode dizer. E se alguém objectasse que às vezes também há pessoas autorizadas no “Porta a Porta” – programa da televisão italiana que analisa temas da actualidade – é a escola que deve discutir o “Porta a Porta”. Os meios de difusão massiva informam sobre muitas coisas e também transmitem valores, mas a escola deve saber discutir a maneira de os transmitir e avaliar o tom e a força de argumentação

Umberto Eco,
filósofo



ANA ALVIM

do que aparece nos jornais, revistas e televisões. E, além disso, quem, se não um professor, pode corrigir a pronúncia errónea do Inglês que cada um acredita ter aprendido da televisão?

Mas o estudante não estava a dizer ao professor que já não necessitava dele porque agora existem a rádio e a televisão para lhe dizerem onde fica Tombuctu ou o que se discute sobre a fusão a frio, ou seja, não estava a dizer-lhe que o seu papel era questionado por discursos soltos que circulam diariamente, de forma casual e desordenada, nos diversos *media* – que sabemos muito sobre o Iraque e pouco sobre a Síria depende da boa ou má vontade de Bush.

O estudante dizia-lhe que hoje existe a internet, Grande Mãe de todas as enciclopédias, onde se pode encontrar a Síria, a fusão a frio, a guerra dos 30 anos e a discussão infinita sobre o maior dos números ímpares. Dizia-lhe que a informação que a internet põe a sua disposição é imensamente mais ampla, e inclusivamente mais profunda, do que aquela de que dispõe o professor. Mas omitia um

ponto importante: que a internet lhe diz “quase tudo”, salvo como procurar, filtrar, seleccionar, aceitar ou rechaçar toda essa informação.

Armazenar nova informação, quando se tem boa memória, é algo de que toda a gente é capaz. Mas decidir o que é que vale a pena recordar é uma arte subtil. Essa é a diferença entre os que cursaram estudos regulares (ainda que mal) e os autodidactas (ainda que geniais).

O problema dramático é que, às vezes, nem o professor sabe ensinar a arte da selecção, pelo menos não em cada capítulo do saber. Mas sabe que deveria sabê-lo, e se não sabe dar instruções precisas sobre como seleccionar, pelo menos pode oferecer-se como exemplo, mostrando que se esforça sempre por comparar e julgar tudo o que a internet põe à sua disposição. E também pode pôr em cena, diariamente, o propósito de reorganizar sistematicamente o que a internet transmite alfabeticamente, dizendo que existem Tamerlán e monocotiledóneas, mas não a relação sistemática entre estas duas noções.

O sentido dessa relação só a escola pode oferecê-lo e, se não sabe como, terá que equipar-se para o fazer. Se não for assim, os três Is, de internet, inglês e instrução, continuarão a ser apenas a primeira parte de uma voz-de-burro que não chega ao céu. ▀



UMBERTO ECO nasceu em Alexandria (Itália), em 1932. Cursou Direito, mas acabaria por se dedicar à temática que sempre o fascinou: a Idade Média (doutoramento em Estética, com tese sobre S. Tomás de Aquino).

“O Nome da Rosa” projectou-o dos círculos universitários para a ribalta da literatura best seller, sendo autor de romances como “O Pêndulo de Foucault”, “A Ilha do Dia Antes” e “Baudolino”, todos publicados em Portugal pela Difel.

Na mesma editora saiu, já este ano, “A Passo de Caranguejo” – escritos publicados entre 2000-2005, anos do 11 de Setembro, das guerras no Afeganistão e no Iraque e da ascensão do populismo em Itália.

Actualmente, é professor de Semiótica e presidente da Escola Superior de Ciências Humanas da Universidade de Bolonha.

[Fonte: Difel]

“A che serve il professore?”

Foi publicado originalmente na revista «L'Espresso», em 17/Abril/2007



ANA ALVIM

A violência escolar

Vincent Troger
(Tradução de Helena Miranda)

A violência juvenil nos estabelecimentos de ensino transformou-se, há duas décadas, numa questão social. Desde então, os actos de violência são enumerados, um observatório analisa-os e planos anti-violência são implementados. As ciências sociais interrogam-se não só sobre o fenómeno em si, como também sobre a visão da sociedade sobre essa violência.

Fenómeno recente?

A violência, no interior ou no exterior dos estabelecimentos de ensino, é um dado recorrente na história da juventude ao longo dos tempos. No século XIII, os estudantes da Sorbonne lutam repetidamente, e à mão armada, contra os burgueses parisienses, a polícia de Paris ou até mesmo, em 1278, contra os monges de Saint-Germain des Prés. No século XIX, entre 1815 e 1883, o Liceu Louis-le-Grand foi palco de oito revoltas de estudantes (então chamadas “motins”) tendo, algumas, implicado a intervenção da polícia parisiense. Mais recentemente, Hervé Hamon e Patrick Rotman contabilizaram, na obra *Tant qu’il y aura des profs*¹, os actos de violência escolar recenseados pela imprensa entre 1979 e 1984. A lista é impressionante e inclui, além de actos de extorsão e ameaça, de confrontos entre bandos e violações, três assassinios, dois dos quais de adultos.

Para os historiadores, a violência nos estabelecimentos de ensino não representa, portanto, nada de novo. O mesmo é válido, aliás, para a violência juvenil em geral. Qualquer adulto que recorde objectivamente os tempos de recreio sabe que aí se exerce, muitas vezes, a lei do mais forte.

A violência escolar assume, isso sim, novas formas conforme as épocas e a sociedade reage ao fenómeno em função de valores e de critérios que também evoluem.

Como se mede a violência?

O inquérito de Georges Tallon, que incidiu sobre 41 escolas, “em situação difícil *a priori*”, e uma amostra representativa de escolas profissionais foi, durante muito tempo, a única referência disponível à qual se juntaram, a partir de 1993, os recenseamentos conduzidos pelo Ministério do Interior e relatórios de deputados. Foi em 2001 que o Ministério da Educação implementou o programa *Signa* que sintetiza o conjunto dos actos de violência, assinalados pelos directores dos estabelecimentos de ensino e cujos resultados são divulgados anualmente.

O sociólogo Eric Debarbieux, embora reconhecendo a utilidade destes dados, atribui-lhes, no entanto, dois defeitos de natureza contraditória. O primeiro é “dar existência ao fenómeno ao falar nele”², ou seja, o facto de se publicar a medida dos incidentes violentos da vida escolar pode alimentar a manipulação da opinião pública e favorecer o surgimento de políticas de segurança. Inversamente, sublinha a insuficiência dos dados administrativos que, segundo afirma, subestimam a realidade da violência nas escolas. Insiste na necessidade de se evitar tanto a armadilha da “manipulação demagógica” como a da “negação” ou da “ignorância” e defende uma abordagem racional que distinga os diferentes tipos de violência e os diferentes contextos que a produzem.



ANA ALVIM

Desde quando se mede a violência e porquê?

Em França, a violência dos jovens, em contexto escolar, só foi reconhecida como um problema social em finais dos anos 70. O primeiro relatório sobre a questão, confidencial, foi redigido pelo Inspector-Geral Georges Tallon em 1979. É difícil não ver aqui a proximidade de uma outra data, esta duplamente emblemática: 1975, o ano em que foi lançado o Ensino Unificado e começou a crise petrolífera. Isto significa que “novos públicos” – a totalidade das crianças oriundas dos meios populares – são admitidos em massa no Ensino Secundário, no preciso momento em que os seus pais são as primeiras vítimas do desemprego.

Sinal do choque que representou a chegada dos novos públicos à escola foi o aumento considerável das taxas de reprovação entre 1975 e 1985: de 6,5% para 16,4% no 7º ano, de 7,3% para 14,3% no 9º. Alguns jovens de meios populares, portadores de uma cultura em que o confronto físico se institui como afirmação viril e prova de coragem, transportam para a escola esta brutalidade potencial, exacerbada pela degradação das suas condições de vida e de entrada na vida activa.

Terá a violência aumentado nos últimos anos?

Baseadas em dados fornecidos pelos directores das escolas, as estatísticas disponíveis estão, necessariamente, dependentes das estratégias de cada um deles, bem como das imposições da administração central. Assim, se na época do relatório Tallon a tendência ia no sentido de “negar a evidência”, hoje o sentido é inverso. O simples facto de se ter reconhecido e começado a medir a violência transmitiu, desde logo, a ideia de que o fenómeno tinha aumentado.

Uma primeira certeza emerge, no entanto, dos estudos sobre este assunto: em primeiro lugar surgem as escolas de 2º e 3º ciclos e as escolas profissionais. As escolas primárias e os liceus, bem como o Ensino Tecnológico, estão muito menos implicados. Uma segunda certeza pode também ser enunciada: as violências “graves” (roubos, extorsão e ameaça, violações, agressões armadas, destruição de bens), que os meios de comunicação social preferem relatar, continuam a ser raras. Predominam os actos pouco cívicos (insultos e ameaças) e as “violências físicas sem arma”, ou seja, aquilo a que, noutros tempos, se consideraria insolência, ‘bulha’. Última certeza: são os próprios jovens as primeiras vítimas desta violência, mais do que os adultos, nos estabelecimentos de ensino. Alguns são vítimas do fenómeno a que os anglo-saxónicos chamam “schoolbullying”, ou seja, uma perseguição feita de insultos e brutalidades quotidianos, de uma sequência contínua de “microviolências”.

No que se refere à evolução geral da violência escolar, o panorama apresentado por E. Debarbieux e pelos seus colaboradores poderia resumir-se através da seguinte fórmula: menos frequente mas mais grave. Assim, a proporção de alunos que se declaram vítimas de extorsão e chantagem passou de 9% em 1995 para 6% em 2003. No entanto, as vítimas queixam-se de mais violência e do facto de esta ser, cada vez mais, praticada em grupo. E. Debarbieux constata que este processo paradoxal, de diminuição quantitativa e agravamento qualitativo, está directamente relacionado com a segregação de certos estabelecimentos de ensino, onde se concentram as dificuldades, nomeadamente os problemas de racismo, enquanto na maioria dos outros estabelecimentos reina, de um modo geral, a calma. +



ANA ALVIM

Podem identificar-se causas determinantes?

“Depois de 1968 tudo mudou”, escreve Jacques Pain³. O investigador pretende, assim, assinalar a “liberalização dos costumes da sociedade civil” que conduz a escola ao confronto com uma “erosão das raízes normativas da França contemporânea”. Os modelos educativos dominantes tornaram-se liberais, ou democráticos, enquanto a autoridade – dos adultos, dos polícias, dos juízes ou ainda, e de forma mais marcada, a dos professores e dos políticos – deixou de ser evidente, natural. J. Pain relaciona com esta primeira evolução duas outras: a primeira, a emergência da sociedade de consumo faz do acesso aos bens materiais sinónimo de bem-estar e de igualdade; a segunda, a crise económica e social, marginaliza uma proporção significativa da população para quem a dificuldade de acesso ao trabalho dificulta, conseqüentemente, o acesso ao consumo.

Ora, os alunos mais violentos são, precisamente, oriundos das categorias sociais com menor acesso ao consumo. Numa certa forma de luta de classes, estes alunos que, aliás, já não são educados no respeito automático dos adultos e das instituições, agridem aqueles que sentem como privilegiados: tanto os colegas bons alunos, a quem chamam “intelectuais” ou “betinhos”, como os professores, que comparam, de acordo com um estudo de Bernard Charlot, aos políticos⁴.

Mas, para além desta interpretação em termos de análise global da sociedade, os investigadores chamam ainda a atenção para o facto de a violência escolar ser também fruto do cruzamento entre os problemas individuais de certos adolescentes e os contextos locais específicos. Como escreve E. Debarbieux, a maioria dos alunos que vivem a “exclusão social” não são violentos na escola. A violência escolar é, portanto, também analisada em termos de “acumulação de factores de risco”: problemas familiares, dificuldades psicológicas, relacionamento com delinquentes, número de efectivos nos estabelecimentos de ensino e nas turmas, organização das escolas, reivindicações étnicas ou religiosas.

Não será a própria escola também violenta?

Numa tentativa de explicar os repetidos motins dos estudantes do Liceu Louis-le-Grand, no século XIX, o historiador Gustave Dupond-Ferrier escrevia, em 1922: “A disciplina da casa só triunfava pela força, não agia sobre a consciência.”⁵ Meio século mais tarde, historiadores e sociólogos denunciarão o carácter vinculativo e coercivo do funcionamento dos estabelecimentos escolares. Silêncio nas turmas, alunos perfilados nos recreios, diálogo inexistente com os adultos, supremacia do poder dos professores, aquisição passiva dos conhecimentos. Em Maio de 68 resume-se esta situação através de um eficaz slogan: o “liceu caserna”, denunciando-se, também, a prática de punições corporais, ainda que circunscritas, essencialmente, às escolas primárias e a algumas oficinas das escolas profissionais.



ANA ALVIM

Perto de quarenta anos depois seria difícil afirmar que nada mudou. Pais e alunos têm delegados que os representam nas diferentes instâncias dos estabelecimentos de ensino, o diálogo com os adultos tornou-se mais livre, os alunos circulam mais livremente e são incitados a tomar a palavra na sala de aula. Apesar disso, será que pode afirmar-se que a violência institucional desapareceu? De acordo com os especialistas, não é certo. J. Pain refere que a escola pode ainda ser o lugar de “abusos simbólicos de autoridade”, enumerados, aliás, por Pierre Merle, no seu livro *L'élève humilié*⁶. Repreensões humilhantes, ironia ofensiva, juízos pejorativos, fazem ainda parte do arsenal repressivo de muitos professores. Certas violências físicas podem ser, também, uma reacção à violência simbólica da instituição.

A violência escolar é um fenómeno internacional?

O simples facto de se utilizar uma expressão inglesa, “schoolbullying”, para designar uma das formas mais correntes de violência escolar entre estudantes, é suficiente para responder à questão. De facto, a violência escolar existe em todos os países e, tal como em França, é conveniente desconfiar-se da imagem que dela transmitem os meios de comunicação social, centrados em massacres espectaculares, como aquele que foi tema do documentário de Michael Moore, *Bowling for Columbine* (2002). E. Debarbieux demonstra que estes massacres, todos produzidos no século XX e em vários países (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Japão, Alemanha), constituem, no entanto, excepções e não são representativos da violência corrente exercida nos estabelecimentos de ensino e que se concentra nas escolas das zonas mais pobres, independentemente do país em que ocorra.

Mais surpreendentes são os resultados dos inquéritos realizados pelos colaboradores de E. Debarbieux em países pobres como, no caso deste estudo, Brasil, Burkina Faso e Djibuti. Nestes países, a violência escolar é menos frequente do que na maioria dos países ricos. A pobreza explica, em parte, o fenómeno: crianças e adolescentes passam menos tempo na escola, tanto em termos de permanência durante o dia, como em número de anos – os riscos de ocorrência de incidentes violentos são aritmeticamente menores. Mas E. Debarbieux formula uma outra hipótese: nestes países, em que subsistem comunidades sólidas e solidárias (aldeias ou favelas), as escolas beneficiam dessa “ligação de proximidade, que produz uma regulação forte”. Esta hipótese tem, ainda, o mérito de relembrar um dos aspectos comuns a todos os estudos sobre violência escolar: independentemente do contexto nacional, é nos estabelecimentos de ensino em que as equipas educativas são, simultaneamente, solidárias e benevolentes que a violência é menos frequente. ▀

NOTAS:

1. H. Hamon et P. Rotman, *Tant qu'il y aura des profs*, Seuil, 1984
2. É. Debarbieux, *Violence à l'école: un défi mondial?*, Armand Colin, 2006
3. J. Pain, *L'École et ses violences*, Économica, 2006
4. B. Charlot, *Le Rapport au savoir en milieu populaire. Une recherche dans les lycées professionnels de banlieue*, Économica, 1999
5. G. Dupont-Ferrier, *Du collège de Clermont au lycée Louis-le-Grand*, De Boccard, 1922
6. P. Merle, *L'Élève humilié. L'école, un espace de non-droit?*, Puf, 2005



VINCENT TROGER é mestre de conferências no Instituto Universitário de Formação dos Mestres (Versalhes) e investigador associado do Laboratório de Sociologia do Trabalho “Pierre Naville” (Universidade de Evry).

“La violence scolaire” foi publicado na revista francesa «Sciences Humaines» (nº 172, Junho/2006).

Durante o ano lectivo
2007-2008,
a Associação Cultural
Dois Pontos vai ter
em cena no Porto
(e disponíveis para
itinerância no país)
quatro ateliês e cinco
espectáculos para
todas as idades.



Espectáculos e ateliês para explorar

Construção de adereços. Nada se perde, nada se ganha, tudo se transforma. Olhar, estudar as formas e as funções dos objectos banais e transformá-los em adereços originais. Coisas simples do quotidiano, já usadas, ganham nova vida e personalidade.

Dança e movimento cénico. O corpo no espaço. O corpo como ferramenta para produzir movimento. As potencialidades do corpo, do ritmo interno à forma como se relaciona com outros corpos e com o espaço. No final, os corpos atrevem-se a produzir pequenas frases coreográficas.

Expressão dramática. Espontaneidade. Jogos divertidos e de fácil execução. A entrega total à fantasia e às situações imaginárias que os jogos oferecem permite a libertação e a revelação de “poderes” desconhecidos. A partir desses “poderes” desconhecidos os participantes constroem a sua personagem.

Origami. As potencialidades de uma folha de papel, lisa ou estampada, baça ou brilhante, branca ou de cor. O que importa é ter uma folha e ousar começar a dobrar. A arte de transformar, com paciência, uma folha de papel num simples animal ou num sofisticado chapéu.

A velha avarenta. Inspirado numa história quase desconhecida de Sophia de Mello Breyner (“A Cebola da Velha Avarenta”), um espectáculo inesquecível onde o teatro, a dança, os objectos e a voz se unem para deleite dos mais pequeninos. Com muito humor e energia, uma velha muito velhinha mostra como é bom partilhar.

História de muitas cores. Maria partiu uma perna, mas não ficou aborrecida. Pegou numa caixa de lápis de cor e começou a fazer desenhos e a inventar histórias com a ajuda do Tintas (amigo imaginário). Quando os amigos a vão visitar, conta-lhes as aventuras que viveu e, por magia, os desenhos que fez vão aparecendo projectados na parede do quarto.

Kô e Kô. Dois esquimós partem à descoberta do sol, numa viagem fantástica em que se cruzam com pinguins, o urso-carrancudo, o pássaro-de-grande-envergadura, as focas, as meninas Abetinhas, o cavalo-seis-patas e outras figuras extraordinárias a que os guaches de Vieira da Silva deram vida.

Maldita Matemática. Na véspera do teste de Matemática, depois de muita brincadeira e pouco estudo, Maria deita-se, adormece e começa a sonhar. No sonho, encontra-se num mundo povoado por números e aparece um Sete que está a fazer revisões para um teste de poesia.

Que poema de entre todos os poemas? Uma actriz desafia e é desafiada a ler poesia. Os espectadores levam um pequena selecção de poemas que gostariam de ouvir e, como contrapartida, a actriz desafia-os a ler alguns dos mais emblemáticos poemas da Sophia. Com música de Erik Satie e projecção de imagens de Júlio Resende é criado um ambiente e um momento especial e descontraído em que a poesia é o centro das atenções. ▶

Informações

Rua das Oliveirinhas, 18 (Porto) · 225 103 067 · 919 526 789 · doispontossociacaocultural@gmail.com

Professores de Técnicas Especiais atirados para o desemprego

Os professores de Técnicas Especiais das escolas secundárias Soares dos Reis (Porto) e António Arroio (Lisboa) viram os seus contratos revogados a 31 de Agosto por um decreto-lei (nº 35/2007) publicado a 15 de Fevereiro...

Estes docentes não cumprem necessidades temporárias, mas sim permanentes e continuadas de docência. Não são *técnicos especiais*, mas sim professores de Técnicas Especiais que leccionavam as disciplinas que conferem a especificidade àquelas duas escolas de Ensino Artístico Especializado e representam um terço do total dos seus docentes.



HENRIQUE BORGES



Apesar de várias tentativas de diálogo com o Ministério da Educação, não lhes foi dada nenhuma oportunidade de contacto. E assim, após longos anos de trabalho, depararam-se com a situação de desemprego. Entretanto, está previsto um concurso para preencher os horários das disciplinas leccionadas pelos professores dispensados e colocar novamente professores de Técnicas Especiais para cumprirem as mesmas necessidades de docência.

As directrizes do processo de contratação e da modalidade do novo contrato de trabalho foram definidas e anunciadas aos conselhos executivos das duas escolas no dia 10 de Setembro, portanto já após o início deste ano lectivo.

O contrato de trabalho que vai entrar em vigor contempla as mesmas funções, a mesma carga horária, mas um decréscimo significativo no índice de vencimento, em alguns casos com uma diferença de 600 euros no montante líquido, relativamente ao anterior contrato.

A situação criada pelo Ministério da Educação às duas escolas revela um desrespeito inadmissível pelo trabalho desenvolvido pelos professores, uma falta de consciência das necessidades do Ensino Artístico Especializado e um impulso para comprometer a continuidade e a boa qualidade de ensino da Soares dos Reis e da António Arroio. ▶

Professora devidamente identificada

(Globo a Gente Não Se Vê Por Aqui)

Por Hoje não !!!

5 de Outubro – Campanha Nacional Contra A Rede Globo (Globo a Gente Não Se Vê Por Aqui). Faça parte desta campanha...

Ajude as Comunidades Quilombolas que estão a ser ofendidas pela Rede Globo...

No próximo dia 5 de Outubro a "ordem" é não ligar a televisão para a Globo. Durante o dia, na sede da **GESTO (R. Cândido dos Reis, 64, no Porto)**, haverá conversas sobre este assunto e sobre a comunidade de Conceição das Crioulas. À noite, serão apresentados vídeos realizados pelo colectivo Crioulas Vídeo e realizar-se-á um debate sobre a realidade desta comunidade e das suas lutas.



nesta edição

- a abrir
02. **2007/2008: um ano diferente**
- editorial
03. **A mentira repetida**
- acção reivindicativa
- O ME averbou nova derrota política, com o Provedor de Justiça a dar razão aos protestos relativos ao concurso para 'professor titular', mas prepara-se para novas investidas – a negociação da avaliação do desempenho nasceu torta e dificilmente se endireitará...*
05. **Concurso de acesso a "titular":
Provedor de Justiça reforça razão dos professores**
06. **Avaliação do desempenho:
negociação ferida à partida**
08. **Frente Comum aprovou proposta reivindicativa**
10. **Investir na educação é imperativo nacional**
11. **Jornadas de luta**
- opinião
13. **Os sindicatos são pólos de reflexão e acção indispensáveis à democracia**
- país
14. **Recomposição do emprego agrava condições de vida**
- notícias spn
18. **Revisão dos Estatutos do SPN**
- correio dos sócios
19. **Silly season**
- opinião pública
20. **Como eu a entendo...**
- narrativas
21. **A casa inquieta**
- efeméride
- No dia 8 de Outubro completam-se 40 anos sobre o assassinio de Che Guevara. Assinalando data, reproduzimos um texto de Frei Betto.*
22. **Carta a Che Guevara**
- em foco
24. **Para que serve o professor?**
- destaque
- A violência juvenil nos estabelecimentos de ensino transformou-se numa questão social. As ciências sociais interrogam-se não só sobre o fenómeno em si, mas também sobre a visão da sociedade sobre essa violência.*
26. **A violência escolar**
- apostas spn
30. **Espectáculos e ateliês para explorar**
- a fechar
31. **Professores de Técnicas Especiais atirados para o desemprego**